



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**13ª Vara Federal de Curitiba**

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 -  
www.jfpr.jus.br - Email: prctb13dir@jfpr.jus.br

**PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL Nº 5017394-39.2017.4.04.7000/PR**

**REQUERENTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**ACUSADO:** GUILHERME CASALICCHIO

**ACUSADO:** PEDRO AUGUSTO CORTES XAVIER BASTOS

**ACUSADO:** CARLO LUIGI CASALICCHIO

**ACUSADO:** FERNANDA GONCALVES LUZ

**ACUSADO:** ALVARO GUALBERTO TEIXEIRA DE MELLO

**DESPACHO/DECISÃO**

1. Trata-se de pedidos formulados pelo Ministério Público Federal de prisões e buscas em desfavor de Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos, Álvaro Gualberto Teixeira de Mello, Guilherme Casalicchio, Carlo Luigi Casalicchio, Fabio Casalicchio, Fernanda Gonçalves Luz e José Augusto Ferreira dos Santos (eventos 1, 5, 6 e 7).

Decido

2. Tramitam por este Juízo diversos inquéritos, ações penais e processos incidentes relacionados à assim denominada Operação Lavajato.

A investigação, com origem nos inquéritos 2009.7000003250-0 e 2006.7000018662-8, iniciou-se com a apuração de crime de lavagem consumado em Londrina/PR, sujeito, portanto, à jurisdição desta Vara, tendo o fato originado a ação penal 5047229-77.2014.404.7000.

Em grande síntese, na evolução das apurações, foram colhidas provas, em cognição sumária, de um grande esquema criminoso de cartel, fraude, corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras cujo acionista majoritário e controlador é a União Federal.

Grandes empreiteiras do Brasil, entre elas a OAS, UTC, Camargo Correa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Queiroz Galvão, Engevix, SETAL, Galvão Engenharia, Techint, Promon, MPE, Skanska, IESA e GDK teriam formado um cartel, através do qual teriam sistematicamente frustrado as licitações da Petrobras para a contratação de grandes obras.

Além disso, as empresas componentes do cartel, pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal calculadas em percentual, de um a três por cento em média, sobre os grandes contratos obtidos e seus aditivos.

Também constatado que outras empresas fornecedoras da Petrobrás, mesmo não componentes do cartel, pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal, também em bases percentuais sobre os grandes contratos e seus aditivos.

A prática, de tão comum e sistematizada, foi descrita por alguns dos envolvidos como constituindo a "regra do jogo".

Receberiam propinas dirigentes da Diretoria de Abastecimento, da Diretoria de Engenharia ou Serviços e da Diretoria Internacional, especialmente Paulo Roberto Costa, Renato de Souza Duque, Pedro José Barusco Filho, Nestor Cuñat Cerveró e Jorge Luiz Zelada.

Surgiram, porém, elementos probatórios de que o caso transcende a corrupção - e lavagem decorrente - de agentes da Petrobrás, servindo o esquema criminoso para também corromper agentes políticos e financiar, com recursos provenientes do crime, partidos políticos.

Aos agentes e partidos políticos cabia dar sustentação à nomeação e à permanência nos cargos da Petrobrás dos referidos Diretores. Para tanto, recebiam remuneração periódica.

Entre as empreiteiras, os Diretores da Petrobrás e os agentes políticos, atuavam terceiros encarregados do repasse das vantagens indevidas e da lavagem de dinheiro, os chamados operadores.

Entre os diversos casos encontra-se a ação penal 5051606-23.2016.4.04.7000.

Foi ela julgada em 30/03/2017, com a condenação de Eduardo Cosentino da Cunha por crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas a penas de quinze anos e quatro meses de reclusão, em regime inicial fechado, condicionada a progressão à efetiva devolução do produto do crime.

Em síntese, restou provado que, em acerto de corrupção envolvendo a aquisição pela Petrobrás dos direitos de exploração de petróleo em Benin, África, da empresa Compagnie Béninoise des Hydrocarbures - CBH, houve pagamento de vantagem indevida a agentes públicos, sendo o então deputado federal um dos beneficiados.

Entre 30/05/2011 a 23/06/2011, foram repassados cerca de USD 1,5 milhão a conta secreta mantida pelo então deputado federal na Suíça. Em 2014, já iniciada a Operação Lavajato, a conta secreta foi encerrada e a propina foi transferida a outra conta secreta também mantida pelo então deputado federal na Suíça.

Paralelamente, tramita a ação penal conexa 5027685-35.2016.4.04.7000, na qual imputou o MPF o crime de corrupção ativa à Idalécio de Castro Rodrigues de Oliveira, proprietário da CBH, tendo ele, segundo a denúncia, pago vantagem indevida em decorrência do contrato de venda por sua empresa de 50% de participação no campo de petróleo na República do Benin à Petrobrás. Também na ação penal conexa imputou o MPF o crime de corrupção passiva a Jorge Luiz Zelada e a João Augusto Rezende Henriques. O primeiro, Diretor da Petrobrás, teria apresentado e defendido o negócio perante a Diretoria da Petrobrás movido pela propina e negligenciado os problemas com a operação. Já João Augusto Rezende Henriques teria atuado como intermediador do recebimento da propinas. Pela movimentação dos valores da propina em diversas contas secretas no exterior, em transações subreptícias que buscavam distanciar o crime e seu produto, imputou o MPF o crime de lavagem de dinheiro a Idalécio de Castro Rodrigues de Oliveira e a João Augusto Rezende Henriques. Ainda na ação penal conexa, imputou o MPF a Cláudia Cordeiro Cruz o crime de lavagem de dinheiro pela ocultação dos recursos de propina em conta secreta no exterior da qual era beneficiária final e a utilização subreptícia desses recursos para a realização de pagamentos e gastos de luxo.

A referida ação penal está concluída para julgamento.

Na ação penal já julgada, restou muito claro o desenvolvimento do negócio entre a Petrobrás e a Compagnie Béninoise des Hydrocarbures - CBH.

A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Petrobrás aprovaram, em 30/12/2010 e em 11/01/2011, respectivamente, a aquisição proposta pela Área Internacional de 50% da participação no Bloco 4, na República do Benin, da empresa Compagnie Béninoise des Hydrocarbures - CBH (evento 85, anexo38, da ação penal 5051606-23.2016.4.04.7000). A proposição, como se verifica no documento, veio da Área Internacional da Petrobrás, que tinha então como Diretor Jorge Luiz Zelada.

Importante ressaltar que não se trata de mera compra de parte dos direitos, a Petrobrás tornou-se sócia da CBH no empreendimento, com divisão dos custos para exploração da área, como com a perfuração dos poços.

Previstos USD 34.500.000,00 como valor básico de aquisição (bônus de assinatura e reembolso de custos pretéritos) e outros pagamentos posteriores.

Em 03/05/2012, a Petrobrás vendeu 15% de sua participação no Bloco 4 à Shell Benin, enquanto a CBH vendeu 20% à empresa. A composição societária ficou, a partir de então, 30% para a CBH, 35% para a Petrobrás e 35% para a Shell.

Posteriormente, em 09/06/2015, foi aprovado, na Petrobrás, a sua saída do negócio, pela frustração na exploração, já que não encontrado petróleo (<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/esclarecimento-sobre-atividades-no-benin.htm>).

Relatório de Auditoria R-05.E.003/2015 da Petrobrás sobre o negócio apontou diversas irregularidades formais, especialmente a aprovação do negócio mesmo existindo diversas dúvidas acerca da saúde e capacidade financeira

da CBH da qual a Petrobrás se tornaria sócia (evento 1, anexo36).

Transcreve-se a conclusão do relatório de auditoria:

*"Apesar de o farm in ser habitual na indústria petrolífera, o qual consiste na aquisição de participação em ativos, a equipe de auditoria não obteve evidências da existência de um padrão da Área Internacional, à época da negociação de compra de participação no bloco 4 no Benin, que norteasse o processo a ser seguido.*

*Nossa análise identificou as seguintes não conformidades:*

- associação com empresa com capacidade financeira insatisfatória;*
- inconsistências na análise econômica do projeto;*
- envio de proposta não vinculante à CBH sem aprovação da Diretoria Internacional."*

Conclusões similares encontram-se em Relatório de Comissão Interna da Petrobrás sobre o negócio (evento 1, anexo67 a anexo70). Houve a mesma conclusão quanto às irregularidades apontadas na auditoria.

Identificadas ainda outras possíveis irregularidades, uma, a omissão de relatório relevante que não recomendava a realização do negócio. Transcreve-se trecho:

*"No dia 17/12/2009, foi enviada uma equipe da Petrobrás Nigéria em missão ao Benin para participação de data-room na CBH. Participaram desta equipe: Daniel Zaine (membro da equipe da Inter-DN/EP/AOP) e Emka Phil-Ebosie da área de Exploração da Petrobrás Nigéria (entre outros). A equipe da Petrobrás Nigéria emitiu um relatório não recomendando a oportunidade [a aquisição], haja vista que a CBH não havia apresentado dados suficientes. Registre-se que o referido relatório não foi mais citado."*

Outra, constatou-se que houve manipulação de dados por empregados da Petrobrás na avaliação econômica do negócio, ou seja, das expectativas de ganho da Petrobrás, que impactaram "positivamente no resultado econômico do projeto", como detalhado nas fls. 66-73 do Relatório da Comissão Interna da Petrobrás. Transcreve-se a conclusão deste tópico na fl. 89 do relatório:

*"Procedente em relação ao item: inconsistências na análise econômica do projeto.*

- Os registros são falhos, não há rastreabilidade e controle relativo aos insumos e análise econômica do projeto.*
- Há indícios de que a INTER-DN atuou para alteração do grau API. Foi desconsiderando spread para o Brent (grau API informado pela INTER-TEC/EP foi de 32).*
- Prazo entre descoberta e Antecipação 1º óleo era otimista e desafiador, não poderia ter sido utilizado como o caso mais provável.*
- Evidenciou-se uma manipulação dos insumos que suportaram a análise econômica do projeto, com o objetivo claro e manifesto de melhorar os resultados do VME para aprovação nas instâncias superiores."*

Ainda segundo o Relatório da Comissão a manipulação dos dados econômicos do projeto teria sido relevante para a aprovação equivocada do negócio. Transcreve-se:

*"Considerando que as primeiras análises econômicas apresentaram VME negativo, o que provavelmente levaria a uma redução da proposta de aquisição de participação da Petrobrás no bloco 4 do Benin, nas condições apresentadas, a Comissão conclui que a manipulação de dados e informações com o objetivo de melhorar o resultado econômico do projeto trouxe prejuízos à Petrobrás."*

Entre os responsáveis, na Petrobrás, pelo negócio, encontra-se o então gerente da Área Internacional Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos, como se verifica, v.g., nos documentos do anexo2, anexo4 e anexo7, evento1.

O Relatório de Comissão Interna da Petrobrás sobre o negócio também aponta Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos como um dos responsáveis pelas irregularidades, inclusive colacionando mensagens eletrônicas por ele trocadas com o proprietário da CBH e ainda com subordinados na Petrobrás para que fosse acelerada a avaliação do negócio. Destaque-se trecho:

*"Foram responsáveis pela manipulação de dados e informações que impactaram positivamente no resultado econômico do projeto: os Srs. Benício Frazão (GG da INTER-DN/EP por falta de supervisão de subordinado), Pedro Augusto Xavier (Gerente da INTER-DN/EP/AOP, responsável por orientar a manipulação de dados e informações com o objetivo de melhor o resultado econômico do projeto e por falta de supervisão de subordinado), (...)" (fls. 73-74 do relatório).*

Além das irregularidades procedimentais e de avaliação, ficou também muito claro na ação penal já julgada, o rastreamento da propina paga ao então Deputado Federal Eduardo Cosentino da Cunha até o contrato entre a Petrobrás e a Compagnie Béninoise des Hydrocarbures - CBH.

Após a celebração do contrato entre a Petrobrás Oil and Gas BV e a CBH (evento 85, anexo39, da ação penal 5051606-23.2016.4.04.7000), foi transferida, em 03/05/2011, a quantia de USD 34,5 milhões da primeira para a segunda em pagamento dos direitos adquiridos de 50% de exploração do Bloco 4 do Benin. Informação desse pagamento encontra-se não só nos aludidos relatórios de auditoria e da comissão interna, mas também pode ser verificada nos documentos bancários da conta mantida no Banco BSI, agência de Zurique, em nome da CBH (evento 2, arquivo ap-inqpol21, fl. 34, apenso 5 do inquérito, da ação penal 5051606-23.2016.4.04.7000).

Em 03/05/2011, a CBH transferiu, desta mesma conta no Banco BSI, USD 31 milhões à conta também mantida no BSI, mas em Lugano/Suíça, da Lusitania Petroleum (BC) Limited, que é uma holding, proprietária, entre outras empresas, da CBH. Comprovante desta transação encontra-se na fl. 36-39 do arquivo ap-inqpol21 do evento 2, apenso 05 do inquérito (ação penal 5051606-23.2016.4.04.7000). Trata-se de carta dirigida pelo controlador da CBH e da própria Lusitania Petroleum, Idalécio de Castro Rodrigues de Oliveira, ao gerente da conta no BSI, solicitando a transferência e explicando o motivo.

Por sua vez, em 05/05/2011, foram transferidos USD 10 milhões da conta da Lusitania para a conta Z203217 no Banco BSI, em Zurique/Suíça, e que é titularizada pela off-shore Acona International Investments Ltd., constituída em

25/09/2010 na República de Seychelles.

Segundo documentos da conta em Zurique, o controlador e o beneficiário final dela é João Augusto Rezende Henriques, acusado na referida ação penal 5027685-35.2016.4.04.7000 como intermediador de propinas.

Documentos da conta Acona International encontram-se no evento 1, arquivo ap-inqpol21 do evento 2, apenso 05 do inquérito, ação penal 5051606-23.2016.4.04.7000 (fl. 11-58 e 107-197). Traduções desses documentos encontram-se no mesmo arquivo, fls. 59-106 e 198-288.

Destaquem-se, dos documentos da conta em nome da off-shore Acona International, as fls. 112-119 e 176-178 do arquivo ap-inqpol21 do evento 2, apenso 05 do inquérito (ação penal 5051606-23.2016.4.04.7000) com o apontamento de que João Augusto Henrique Rezende é o titular controlador, inclusive com cópias de documentos pessoais e descrição do perfil do cliente (nas referidas fls. 176-178 do mesmo arquivo).

O comprovante do crédito de dez milhões de dólares proveniente da conta da Lusitania encontra-se na fl. 32 do arquivo ap-inqpol21 do evento 2, apenso 05 do inquérito (ação penal 5051606-23.2016.4.04.7000). Observa-se que a própria instituição financeira colheu informações sobre a transação, sendo a ela informada que estaria relacionado ao contrato entre a Petrobrás e a CBH (fl. 34-35 do mesmo arquivo). Na documentação colacionada junto à conta, encontra-se contrato de agenciamento entre a Lusitania Petroleum e a Acona International por intermediação de contrato entre a CBH, subsidiária da Lusitania, e a Petrobrás (fls. 41-58 do mesmo arquivo).

Em outras palavras, consta no contrato entre a Lusitania Petroleum e a Acona International que esta última receberia comissão por representar os interesses da primeira junto à Petrobrás se a venda dos direitos de exploração do Bloco 4 de Benin fosse bem sucedida. Os dez milhões de dólares representam bônus devido à Acona quando a Lusitania recebesse os pagamentos da Petrobrás.

Presente, portanto, prova documental que, do preço inicial de USD 34,5 milhões pagos pela Petrobrás à CBH, pelo menos USD 10 milhões foram destinados inicialmente ao intermediador João Augusto Rezende Henriques.

A Lusitania Petroleum transferiu ainda mais USD 10 milhões em 19/09/2012 para conta em nome da off-shore Acona International (fls. 15 e 16 do arquivo ap-inqpol21 do evento 2, apenso 05 do inquérito, ação penal 5051606-23.2016.4.04.7000).

Chama a atenção o montante dessa comissão. USD 34,5 milhões foram pagos pela Petrobrás à CBH e, destes, USD 10 milhões foram destinados inicialmente ao intermediador, o que representa uma parcela considerável por mera representação junto à Petrobrás.

Seguindo a trilha do dinheiro, da conta em nome da off-shore Acona Internacional, no Banco BSI, em Zurique/Suíça, foram realizadas transferências no total de 1.311.700,00 francos suíços, correspondentes a cerca de um milhão e

quinhentos mil dólares, para a conta de nº 4548.1602 no Banco Merrill Lynch, depois sucedido pelo Julius Baer, em Genebra, em nome de Orion SP. Foram cinco transferências:

- a) 30/05/2011 - CHF 250.000,00;
- b) 01.06.2011 - CHF 250.000,00;
- c) 08.06.2011 - CHF 250.000,00;
- d) 15.06.2011 - CHF 250.000,00; e
- e) 23.06.2011 - CHF 311.700,00.

Tais transferências estão retratadas nos extratos da conta examinados pelo Relatório de Análise 116/2015, em especial nas fls. 12-15 do relatório (fls. 3-35, do arquivo ap-inqpol24 do evento 2, apenso 07 do inquérito, da ação penal 5051606-23.2016.4.04.7000).

A Orion SP é um trust que tem por beneficiário final e controlador o então deputado federal Eduardo Cosentino da Cunha.

Como concluído na ação penal 5051606-23.2016.4.04.7000 ele recebeu um milhão e quinhentos mil dólares provenientes do contrato de aquisição pela Petrobrás dos direitos de exploração de petróleo no Benin.

Como também concluído na ação penal, tal pagamento insere-se na já afirmada divisão de propinas entre agentes da Petrobrás e agentes políticos no âmbito dos contratos públicos.

Outros USD 7,86 milhões foram pulverizados pela conta em nome da off-shore Acona International para diversas contas no exterior cujos titulares não haviam ainda identificados, conforme fl. 16 do aludido Relatório 116/2015.

Informa agora o MPF que, graças à cooperação jurídica internacional, foram identificados outros beneficiários de pagamentos da conta em nome da off-shore Acona International.

Parte desses elementos vieram do processo 5027786-72.2016.4.04.7000 no qual, a pedido do MPF foi decretada a quebra do sigilo sobre contas que transacionaram com a conta da off-shore Acona International e autorizada a obtenção dos documentos por cooperação jurídica internacional.

Outros elementos foram providenciados pelas autoridades Suíças.

Foram identificadas cinco transferências da conta em nome da off-shore Acona em favor da conta da off-shore Sandfield International, no BSI, na Suíça, sendo:

- USD 700.000,00, em 21/06/2011;
- USD 2.700.000,00, em 26/09/2012;

- USD 230.000,00, em 08/01/2013;
- USD 300.000,00, em 08/05/2013; e
- USD 935.000,00, em 02/08/2013.

O total recebido pela Sandfield foi de USD 4.865.000,00.

Os comprovantes das transferências constam das fls. 18-26 do aludido Relatório 116/2015 (anexo27, evento 1).

Essas transferências foram realizadas sucessivamente aos recebimentos em 05/05/2011 e em 19/09/2012 pela conta em nome da off-shore Acona de recursos provenientes da Lusitania Pretroleum.

Recentemente, a Suíça enviou ao Brasil pedido de cooperação jurídica internacional solicitando a oitiva de Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos, gerente da Área Internacional da Petrobrás ao tempo dos fatos (evento 1, anexo71).

No pedido, além da afirmação da existência das aludidas transferências, consta a informação, em mais de um trecho, de que a conta em nome da off-shore Sandfield Consulting no Banco BSI tem por beneficiário econômico Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos.

Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos, em depoimento de 23/11/2016, declarou que era gerente da área internacional da Petrobrás ao tempo dos fatos e que trabalhou na análise e no negócio relativo à aquisição dos direitos de exploração do petróleo em Benin pela estatal da CBH (evento 1, anexo40). Na mesma ocasião, declarou conhecer João Augusto Rezende Henriques, mas também que desconhecia qualquer envolvimento dele no aludido negócio. Também declarou que não teria conta na Suíça e que não teria recebido qualquer valor de João Augusto Rezende Henriques.

Em novo depoimento, de 05/12/2016, alterou a versão anterior dos fatos (evento 1, anexo41). Desta feita, declarou que tinha conhecimento do envolvimento de João Augusto Rezende Henriques no negócio envolvendo o campo de Benin e que, como ele queria dar um "prêmio" ao depoente, ele, Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos, abriu a conta em nome da off-shore Sandfield Consulting e recebeu as aludidas transferências. O primeiro pagamento seria o aludido prêmio e os posteriores em razão de conselhos ou consultoria que o depoente teria dado a João Augusto Rezende Henriques relativamente ao negócio em Benin. Ainda alegou que entendeu que recebeu pagamentos por "serviços lícitos" prestados, mas que "não declarou os valores recebidos porque se sentiria constrangido dentro da Petrobrás".

Em outras palavras, Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos, gerente da área internacional na época da aprovação da aquisição dos direitos de exploração do petróleo em Benin, declarou que é o controlador da conta em nome da Sandfield Consulting e que recebeu USD 4.865.000,00 de João Augusto Rezende Henriques que, por sua vez, recebeu da CBH, a empresa vendedora, USD 20 milhões.



Apesar da alegação do depoente de que, em seu entendimento, o recebimento de valores de João Augusto Rezende Henriques era lícito, há, em cognição sumária, caracterização de crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro.

Afinal, gerente da Petrobrás teria participado da aprovação de negócio, com irregularidades procedimentais e na avaliação do negócio, com a CBH e recebido, por intermediários, USD 4.865.000,00 do preço, isso subrepticamente, em conta secreta no exterior.

Foram ainda identificados outros beneficiários.

A conta em nome da off-shore **Eastern Petroleum Construction LLC** no Bank of America recebeu USD 131.578,00 da conta da Acona, na data de 07/09/2011 (fl. 18 do aludido Relatório 116/2015, anexo27, evento 1).

Documentos constantes no evento 1, anexo46, revelam que o cadastro da conta em nome da Eastern Petroleum Construction encontra-se assinado por Gordon William Thomas.

Em busca e apreensão domiciliar do ex-Presidente da Eletronuclear Othon Luiz Pinheiro (processo 5011933-86.2017.4.04.7000), foi localizada declaração da parte de Fernanda Gonçalves Luz no sentido de que ela seria a beneficiária final da Eastern Petroleum Service e que Gordon William Thomas seria o seu procurador (evento 1, anexo49).

Fernanda Gonçalves Luz é filha de Jorge Antônio da Silva Luz e irmã de Bruno Gonçalves Luz, ambos denunciados na ação penal 5014170-93.2017.4.04.7000, por intermediação de propinas em contratos da Petrobrás.

A Eastern Petroleum Service e a Eastern Petroleum Construction, conforme consulta pública realizada pelo MPF, seriam a mesma empresa (fl. 14 da representação do MPF, evento 1).

A conta em nome da off-shore **Velensia Finance Limited** no Safra National Bank de Nova York recebeu USD 800.000,00 da conta da Acona, na data de 10/07/2012 (fl. 18 do aludido Relatório 116/2015, anexo27, evento 1).

Documentos constantes no evento 1, anexo48, revelam que o cadastro da conta em nome da Velensia encontra-se assinado por Álvaro Gualberto Teixeira de Mello.

Foi identificado um negócio imobiliário entre Álvaro Gualberto Teixeira de Mello e João Augusto Henrique Rezendes que teria ocorrido em 29/11/2009. As quebras de sigilo bancário e fiscal de João Augusto Henrique Rezendes identificaram o valor e os pagamentos efetuados no Brasil, sugerindo que o pagamento no exterior não se refere a este fato.

Foi ainda identificado pelo MPF que há registro de trinta e três visitas de Álvaro Gualberto Teixeira de Mello na Câmara dos Deputados entre 23/12/2004 a 09/05/2006 e três visitas em 2010 e 2011 à Petrobrás (evento 1, anexo47).

A conta em nome da off-shore **Osko Energy** no Bank of America recebeu USD 550.000,00 da conta da Acona, na data de 19/08/2014 (fl. 23 do aludido Relatório 116/2015, anexo27, evento 1).

Documentos constantes no evento 1, anexo60, revelam que o cadastro da conta em nome da Osko encontra-se assinado por Guilherme Casalicchio, Carlos Luigi Casalicchio e Fabio Casalicchio, brasileiros.

Não foram identificadas ligações aparentes entre eles e João Augusto Henrique Rezendes.

A conta em nome da off-shore **Stingdale Holdings**, na Suíça recebeu dois pagamentos, um de USD 1.000.000,00, outro de USD 100.000,00, ambos na data de 25/05/2012, da conta da Acona (fl. 18 do aludido Relatório 116/2015, anexo27, evento 1).

Em depoimento prestado ao Ministério Público Federal em 11/05/2017 (evento 5, anexo25), José Augusto Ferreira dos Santos declarou que teria mantido negócios com João Augusto Rezende Henriques e que teria montado um fundo "para operar opções de óleo" no mercado futuro. Segundo ele, João Augusto Rezende Henriques teria constituído a off-shore Stingdale no Panamá juntamente com o depoente para realizar provisoriamente essas operações. Declarou que aportou USD 1,4 milhão na Stingdale e que ele, o depoente, era o beneficiário econômico da conta da offshore Stingdale "para efeito de responsabilidade perante a instituição financeira". Declarou ainda desconhecer o recebimento de valores provenientes do contrato de Benin.

A afirmação de que José Augusto Ferreira dos Santos e João Augusto Rezende Henriques seriam os responsáveis pela conta em nome da off-shore Stingdale encontra apoio em documentos vindos da Suíça (relato da autoridade suíça sobre as investigações naquele país, fl. 9 do anexo2, evento 7).

Ainda sobre José Augusto Ferreira dos Santos, foi ele sócio majoritário da empresa Ibatiba Assessoria, Consultoria e Intermediação de Negócios Ltda. nos anos de 2010 a 2012. Depois foi sucedido pela empresa FA2F Participações Ltda., que possui como administrador filho de José Augusto.

No processo 5048976-28.2015.4.04.7000, foi decretada a quebra do sigilo bancário e fiscal da empresa.

Referida empresa, entre 2010 a 2012, recebeu cerca de R\$ 31.365.506,14 de diversas empreiteiras envolvidas na Operação Lavajato, como a Mendes Júnior, a Andrade Gutierrez, a Camargo Correa e a OAS.

Apesar disso, há indícios de que não seria uma empresa efetivamente existente, pois não possui empregados, não efetuou pagamento de serviços de terceiros e, os endereços indicados como sede da empresa não aparentam ser consistentes com a esperada dimensão de empresa com tal vulto faturamento, conforme fotos na fl. 5 da manifestação do evento 5.

Afirma ainda o MPF que, em seu depoimento ao MPF, José Augusto Ferreira dos Santos revelou envolvimento com diversas pessoas investigadas no âmbito da Operação Lavajato.

Teria ainda sido identificado que José Augusto Ferreira dos Santos seria titular de outra conta no exterior, em nome da off-shore Penbur Holding S/A, no Banco BSI, na Suíça (fl. 10 do anexo2, evento7, relato da autoridade suíça acerca do caso).

Tal conta teria recebido pagamentos de contas controladas por Ricardo Pernambuco Backheuser, dirigente da empresa Carioca Christiani Nielsen Engenharia. Tais informações teriam vindo ao Brasil em um procedimento de transferência de processo e provas encaminhado pelas autoridades suíças (evento 5, anexo31, e evento 7, anexo2).

Com efeito, consta o registro de depósitos de cerca de 1.131.572,00 francos suíços, entre 01/02/2012 a 10/08/2012, de contas atribuídas pelas autoridades suíças a Ricardo Pernambuco Backheuser para a conta Penbur Holding S/A (fl. 10 do anexo2, evento7, relato da autoridade suíça acerca do caso).

Afirma o MPF que Ricardo Pernambuco Backheuser teria afirmado, em acordo de colaboração premiada, que a conta Penbur Holding teria a ele sido indicada por Eduardo Cosentino da Cunha para o recebimento de vantagem indevida em acertos de corrupção envolvendo contratos do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. O depoimento pertinente não foi, porém, juntado aos autos.

Conforme também se verifica no relato da autoridade suíça acerca do caso (fl. 10 do anexo2, evento 7), da conta da Penbur, houve transferências em 07/11/2011 de USD 500.000,00 e em 14/06/2012 de USD 1.100.000,00 para a referida conta da Stingdale.

Destacou ainda o MPF que Flávio Calazans de Freitas, que celebrou acordo de colaboração premiada (processo 5005322-20.2017.4.04.700), declarou, no depoimento constante no evento 5, anexo29, que teve encontros com José Augusto Ferreira dos Santos por solicitação de Milton Lyra de Oliveira Filho. No acordo de colaboração, prestou declarações mais amplas no sentido de que teria participado de operações de lavagem de dinheiro. No depoimento juntado pelo MPF nos autos, porém, falta melhor detalhamento das circunstâncias e propósitos das operações com José Augusto Ferreira dos Santos.

Essa a síntese das provas.

Passa-se a examinar os requerimentos do MPF.

**3.** Pleiteou o MPF a prisão preventiva de Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos e José Augusto Ferreira dos Santos.

Relativamente ao primeiro, há boa prova, em cognição sumária, de autoria e materialidade de crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Afinal, em cognição sumária, teria participado, como gerente da Petrobrás, da aprovação irregular da aquisição dos direitos de exploração do campo em Benin e recebido cerca de USD 4.865.000,00 que são rastreáveis até o preço pago pela Petrobrás no negócio.

A utilização de conta secreta no exterior para recebimento dos valores pode caracterizar conduta de ocultação e dissimulação do produto do crime.

Encontram-se presentes, quanto a Pedro Augusto Cortes Xavier, os pressupostos da decretação da preventiva, boa prova de autoria e de materialidade.

Resta analisar a presença dos fundamentos.

Na assim denominada Operação Lavajato, identificados elementos probatórios que apontam para um quadro de corrupção sistêmica, nos quais ajustes fraudulentos para obtenção de contratos públicos e o pagamento de propinas a agentes públicos, a agentes políticos e a partidos políticos, bem como o recebimento delas por estes, passaram a ser vistas como rotina e encaradas pelos participantes como a regra do jogo, algo natural e não anormal.

Embora as prisões cautelares decretadas no âmbito da Operação Lavajato recebam pontualmente críticas, o fato é que, se a corrupção é sistêmica e profunda, impõe-se a prisão preventiva para debelá-la, sob pena de agravamento progressivo do quadro criminoso. Se os custos do enfrentamento hoje são grandes, certamente serão maiores no futuro. O país já paga, atualmente, um preço elevado, com várias autoridades públicas denunciadas ou investigadas em esquemas de corrupção, minando a confiança na regra da lei e na democracia. Não há como ocultar essa realidade sem ter que enfrentá-la na forma da lei.

Impor a prisão preventiva em um quadro de corrupção e lavagem de dinheiro sistêmica é aplicação ortodoxa da lei processual penal (art. 312 do CPP).

Assim, excepcional não é a prisão cautelar, mas o grau de deterioração da coisa pública revelada pelos processos na Operação Lavajato, com prejuízos já assumidos de cerca de seis bilhões de reais somente pela Petrobrás e a possibilidade, segundo investigações em curso no Supremo Tribunal Federal, de que os desvios tenham sido utilizados para pagamento de propina a dezenas de parlamentares, comprometendo a própria qualidade de nossa democracia.

Em relação ao investigado Pedro Augusto Cortes Xavier, gerente da Petrobrás, a medida é especialmente necessária para prevenir a reiteração de crimes, especialmente aqui de lavagem de dinheiro, e ainda para evitar a dispersão dos ativos, em cognição sumária, criminosos, da ordem de USD 4.865.000,00, ainda mantidos no exterior, parte em local incerto.

Ainda que eventualmente parte desses valores tenha sido sequestrado pelas autoridades suíças na conta Sandfield, trata-se de medida provisória, sendo ainda incerto se eles serão recuperados e repatriados ao Brasil.

O próprio investigado, ademais, afirmou em seu depoimento que teria havido sequestro na Suíça do saldo da conta em nome da Sandfield, mas com o bloqueio de somente USD 1,2 a 2 milhões (evento 1, anexo41). Afirma ele que a diferença teria sido transferido para investimentos na República do Congo e em parte se perdido, mas não há qualquer comprovação ou detalhamento.

Enquanto não assegurada a recuperação de todo o produto do crime, a prisão preventiva é medida que se impõe para prevenir novos atos de lavagem e evitar a dissipação dos ativos criminosos, garantindo assim a ordem pública e a aplicação da lei penal.

Por outro lado, considerando o modus operandi dos agentes da Petrobrás corrompidos, de envolvimento serial na prática e crimes de corrupção, há fundada suspeita de que o investigado pode estar envolvido em outras práticas criminosas e que seja titular de outros ativos criminosos no exterior.

E, em vários casos já julgados ou em trâmite perante este Juízo ou outros, surgiram indícios de que nem mesmo o início das investigações da Operação Lavajato e a sua notoriedade foram suficientes para impedir que agentes públicos persistissem na prática de novos crimes de corrupção ou no pagamento ou recebimento de propinas.

Sobre o caráter serial da corrupção, pertinente o seguinte comentário do magistrado italiano Piercamilo Davigo, atualmente na Corte de Cassação italiana e que atuou na conhecida Operação Mãos Limpas":

*"As investigações revelaram que a corrupção é um fenômeno serial e difuso: quando alguém é pego com a boca na botija, normalmente não é sua primeira vez. Além disso, os corruptos tendem a criar um ambiente favorável à corrupção envolvendo outros indivíduos no crime, de modo a conquistar sua cumplicidade até que as pessoas honestas estejam isoladas. Isso induziu a encarar esses crimes com a certeza de que não se tratavam de comportamentos casuais e isolados, mas de delitos seriais que envolviam um número relevante de pessoas, a ponto de criar mercados ilícitos." (Barbacetto, Gianni, Gomez, Peter, e Travaglio, Marco. Operação Mãos Limpas. Porto Alegre: Citadel, 2016, p. 17)*

E ainda:

*"... os aspectos seriais e de facilidade de difusão desses delitos [de corrupção] resultam quase sempre na reincidência. A experiência também ensina que esse perigo não diminui nem mesmo com o afastamento dos corruptos dos cargos públicos, porque dali a pouco eles se encontram exercendo o papel de intermediários entre os velhos cúmplices não descobertos." (Barbacetto, Gianni, Gomez, Peter, e Travaglio, Marco. op. cit, 2016, p. 18)*

O mero afastamento da Petrobrás não é suficiente para substituir a preventiva, considerando que o suposto crime também envolve a manutenção de contas secretas no exterior e movimentação do produto do crime por transações subreptícias. Não há, portanto, como substituir a preventiva de forma eficaz por medidas cautelares alternativas.

Presente, portanto, risco à ordem pública e à aplicação da lei penal.

A prisão preventiva, embora excepcional, pode ser utilizada, quando presente, em cognição sumária, boa prova de autoria e de materialidade de crimes graves, e a medida for essencial à interrupção da prática profissional de crimes e assim proteger a sociedade e outros indivíduos de novos delitos.

Não se trata de menosprezar o valor da liberdade em uma sociedade livre. Repetindo o decidido pela Suprema Corte norte-americana em *United States v. Salerno*, U.S 739, 107 (1987):

*"Não minizamos a importância e a natureza fundamental deste direito. Mas, como o caso revela, este direito pode, em circunstâncias nas quais o interesse comunitário é suficientemente relevante, ser subordinado às necessidades maiores da sociedade. (...) Quando as autoridades demonstram através de provas claras e convincentes que um acusado representa uma ameaça identificada e articulada para outro indivíduo ou para a sociedade, nós acreditamos que, de forma compatível com o devido processo legal, uma Corte judicial pode desabilitar o acusado de executar tal ameaça. Nessas circunstâncias, nós categoricamente não podemos concordar que uma prisão anterior ao julgamento 'ofende princípios de justiça estabelecidos nas tradições e consciências de nosso povo ao ponto de ser considerado fundamental'."*

Ante o exposto, defiro o requerido pelo MPF para, presentes os pressupostos da prisão preventiva, boa prova de materialidade e de autoria, e igualmente os fundamentos, risco à ordem pública e à aplicação a lei penal, decretar, com base nos arts. 311 e 312 do CPP, a **prisão preventiva** de Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos.

**Expeça-se** o mandado de prisão preventiva contra ele, consignando a referência a esta decisão e processo, aos crimes do art. 1.º da Lei nº 9.613/1998 e do art. 317 do Código Penal.

Consigne-se no mandado que a utilização de algemas fica autorizada na efetivação da prisão ou no transporte do preso caso as autoridades policiais imediatamente responsáveis pelos atos específicos reputem necessário, sendo impossível nesta decisão antever as possíveis reações, devendo, em qualquer caso, ser observada, pelas autoridades policiais, a Súmula Vinculante n.º 11 do Supremo Tribunal Federal. Consigne-se no mandado autorização para, após a efetivação, traslado do preso para a carceragem da Polícia Federal em Curitiba.

Relativamente à José Augusto Ferreira dos Santos, o MPF também pleiteou a decretação de sua prisão preventiva.

Há quanto a ele prova, em cognição sumária, de que a conta em nome da off-shore Stingdale Holdings, da qual era o beneficiário, juntamente com o próprio João Augusto Rezende Henriques, teria recebido USD 1.100.000,00 em 25/05/2012 da conta da Acona International.

Também há indícios, em cognição sumária, de que teria se envolvido em outros episódios de recebimento e intermediação de propinas em contratos públicos.

Não obstante os fatos sugerirem risco à ordem pública, pela aparente prática profissional de crimes contra a Administração Pública, reputo necessário o aprofundamento das investigações em relação a ele, já que a conta Stingdale era,

aparentemente, controlada também por João Augusto Rezende Henriques.

Assim, indefiro, por ora, a prisão preventiva de José Augusto Ferreira dos Santos, sem prejuízo de reavaliação após a buscas e desde que haja novos requerimentos.

4. Pleiteou o MPF, autorização para busca e apreensão de provas nos endereços dos investigados e de suas empresas.

O quadro probatório acima apontado é mais do que suficiente para caracterizar causa provável a justificar a realização de busca e apreensão nos endereços dos investigados.

Busca-se elucidar os motivos dos recebimentos provenientes da conta em nome da off-shore Acona International.

Assim, defiro, nos termos do artigo 243 do CPP, o requerido, para autorizar a expedição de mandados de busca e apreensão, a serem cumpridos durante o dia nos endereços dos investigados, especificamente:

- 1) Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos;
- 2) José Augusto Ferreira dos Santos;
- 3) Alvaro Gualberto Teixeira de Mello;
- 4) Fernanda Gonçalves Luz;
- 5) Fábio Casalicchio;
- 6) Ibatiba Assessoria, Consultoria e Intermediação de Negócios;
- 7) Fábio Augusto Ferreira dos Santos (filho de José Augusto Ferreira dos Santos e atual dirigente da Ibatiba Consultoria).

Observo que os endereços já foram indicados pela autoridade policial no evento 8.

Observo, por oportuno, que o investigado Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos indicou endereço diferente, em seu depoimento (evento 1, anexo41), daquele indicado pela autoridade policial no evento 8. Então **deve a autoridade policial** certificar-se qual o endereço correto.

Pelo ali exposto, ficam prejudicados os mandados de busca em relação a Guilherme Casalicchio e Carlo Luigi Casalicchio.

Quanto às empresas de José Augusto Ferreira dos Santos, basta, por ora, a busca na Ibatiba. Se for o caso, o MPF poderá discriminar, justificadamente, outras, considerando o extenso rol apresentado pela autoridade policial.

A busca na Ibatiba também abrange a busca nas demais empresas constituídas no mesmo local, como a FA2F Participações Ltda. e a Protium Consultoria Empresaria e Participações Eireli, já que estão no mesmo local e tem o

mesmo administrador, sendo possível que tenham sido utilizadas pelo mesmos esquemas criminosos. Consigne-se no mandado pertinente.

Relativamente a Felipe Guimarães Ferreira dos Santos, como não é o dirigente da Ibatiba Consultoria, indefiro, por ora, a busca.

Os mandados terão por objeto a coleta de provas relativa à prática pelos investigados dos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, associação criminosa, evasão fraudulenta de divisas, além dos crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, especificamente:

a) registros e livros contábeis, formais ou informais, recibos, agendas, ordens de pagamento e documentos relacionados à manutenção e à movimentação de contas no Brasil e no exterior, em nome próprio ou de terceiros, bem como patrimônio em nome próprio ou de terceiros;

b) registros e livros contábeis, formais ou informais, recibos, agendas, anotações, ordens de pagamento, comprovantes de recebimento de valores, no exterior ou no Brasil, relacionados aos depósitos recebidos da Acona International ou de João Augusto Rezende Henriques ou relacionados ao contrato de Benin;

c) registros e livros contábeis, formais ou informais, recibos, agendas, anotações, ordens de pagamento, comprovantes de recebimento de valores, no exterior ou no Brasil, relacionados a possível recebimento de vantagem indevida;

d) documentos, formais ou informais e de qualquer natureza, relativos a intermediação de propinas ou valores a agentes públicos;

e) documentos, formais ou informais e de qualquer natureza, relativos a contratos de prestação de serviços com empresas fornecedoras da Petrobrás ou da Administração Pública direta ou indireta ou que indiquem a efetiva prestação de serviços;

f) correspondência, mensagens eletrônicas e arquivos relacionados a esses mesmos fatos;

g) HDs, laptops, pen drives, smartphones, arquivos eletrônicos, de qualquer espécie, agendas manuscritas ou eletrônicas, dos investigados ou de suas empresas, quando houver suspeita que contenham material probatório relevante, como o acima especificado;

h) valores em espécie em moeda estrangeira ou em reais de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 ou USD 50.000,00 e desde que não seja apresentada prova documental cabal de sua origem lícita; e

i) obras de arte de elevado valor, quando não apresentada prova documental cabal de sua origem lícita, para as residências dos investigados Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos e José Augusto Ferreira dos Santos.



Em todos os mandados de busca e apreensão, consigne-se autorização para exame e extração de cópias de mensagens eletrônicas armazenados nos endereços eletrônicos utilizados pelos investigados.

Consigne-se nos mandados, em seu início, o nome dos investigados ou da empresa ou entidade e os respectivos endereços, cf. especificação da autoridade policial.

No desempenho desta atividade, poderão as autoridades acessar dados, arquivos eletrônicos e mensagens eletrônicas armazenadas em eventuais computadores ou em dispositivos eletrônico de qualquer natureza, inclusive smartphones, que forem encontrados, com a impressão do que for encontrado e, se for necessário, a apreensão, nos termos acima, de dispositivos de bancos de dados, disquetes, CDs, DVDs ou discos rígidos. Autorizo desde logo o acesso pelas autoridades policiais do conteúdo dos computadores e dispositivos no local das buscas e de arquivos eletrônicos apreendidos, mesmo relativo a comunicações eventualmente registradas. Autorizo igualmente o arrombamento de cofres caso não sejam voluntariamente abertos. Consigne-se estas autorizações específica nos mandados.

Consigne-se, em relação aos mandados para as empresas, autorização para a realização de buscas e apreensões em qualquer andar ou sala nas quais a prova se localize.

As diligências deverão ser efetuadas simultaneamente e se necessário com o auxílio de autoridades policiais de outros Estados, peritos ou ainda de outros agentes públicos, incluindo agentes da Receita Federal.

Considerando a dimensão das diligências, deve a autoridade policial responsável adotar postura parcimoniosa na sua execução, evitando a colheita de material desnecessário ou que as autoridades públicas não tenham condições, posteriormente, de analisar em tempo razoável.

Deverá ser encaminhado a este Juízo, no prazo mais breve possível, relato e resultado das diligências.

Desde logo, autorizo a autoridade policial a promover a devolução de documentos e de equipamentos de informática se, após seu exame, constatar que não interessam à investigação ou que não haja mais necessidade de manutenção da apreensão, em decorrência do término dos exames. Igualmente, fica autorizado a promover, havendo requerimento, cópias dos documentos ou dos arquivos eletrônicos e a entregá-las aos investigados, as custas deles.

A competência se estabelece sobre crimes e não sobre pessoas ou estabelecimentos. Assim, em princípio, reputo desnecessária a obtenção de autorização para a busca e apreensão do Juízo do local da diligência. Esta só se faz necessária quando igualmente necessário o concurso de ação judicial (como quando se ouve uma testemunha ou se requer intimação por oficial de justiça). A solicitação de autorização no Juízo de cada localidade colocaria em risco a simultaneidade das diligências e o seu sigilo, considerando a multiplicidade de endereços e localidades que sofrerão buscas e apreensões.

**5.** Pleiteou o Ministério Público Federal, autorização para a condução coercitiva de alguns investigados para a tomada de seu depoimento.

Medida da espécie não implica cerceamento real da liberdade de locomoção, visto que dirigida apenas a tomada de depoimento. Mesmo com a condução coercitiva, mantém-se o direito ao silêncio dos investigados.

A medida é oportuna para evitar concertação fraudulenta de depoimentos entre os investigados.

A medida é ainda uma alternativa menos gravosa do que a prisão temporária, que seria de possível aplicação.

A medida deve ser tomada em relação a:

- 1) Alvaro Gualberto Teixeira de Mello;
- 2) Fernanda Gonçalves Luz;
- 3) Fábio Casalicchio.

Expeçam-se quanto a eles mandados de condução coercitiva, consignando o número deste feito, a qualificação do investigado e o respectivo endereço extraído da representação. Consigne-se no mandado que não deve ser utilizada algema, salvo se, na ocasião, evidenciado risco concreto e imediato à autoridade policial.

Já quanto a Guilherme Casalicchio e Carlo Luigi Casalicchio, a medida fica prejudicada já que residiriam no exterior.

**6.** Pleiteou a autoridade policial o sequestro de ativos mantidos pelos investigados e de suas empresas em suas contas correntes.

Autorizam o artigo 125 do CPP e o artigo 4.º da Lei n.º 9.613/1998 o sequestro do produto do crime.

Viável o decreto do bloqueio dos ativos financeiros dos investigados em relação aos quais há prova, em cognição sumária, de intermediação de propina e de lavagem de dinheiro.

Não importa se tais valores, nas contas bancárias, foram misturados com valores de procedência lícita. O sequestro e confisco podem atingir tais ativos até o montante dos ganhos ilícitos.

Também se justifica a mesma medida em relação às contas das empresas de sua titularidade e controle, já que há fundada suspeita de que teriam sido utilizadas como empresas de fachada e para ocultar transações envolvendo recursos de acertos de propina.

Considerando os indícios do envolvimento dos investigados em vários episódios de intermediação de propina e de lavagem de dinheiro, resolvo decretar o bloqueio das contas dos investigados até o montante de cinquenta milhões de reais.

Defiro, portanto, o requerido e decreto, com base no art. 4º da Lei nº 9.613/1998, o bloqueio dos ativos mantidos em contas e investimentos bancários dos seguintes investigados e empresas:

- 1) Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos, CPF 754.998.437-91;
- 2) José Augusto Ferreira dos Santos, CPF 236.183.967-91;
- 3) Ibatiba Assessoria, Consultoria e Intermediação de Negócios, CNPJ 11.903.560/0001-72.

Os bloqueios serão implementados, pelo BacenJud quando da execução dos mandados de busca e de prisão. Junte-se oportunamente o comprovante aos autos.

Observo que a medida ora determinada apenas gera o bloqueio do saldo do dia constante nas contas ou nos investimentos, não impedindo, portanto, continuidade das atividades das empresas ou entidades, considerando aquelas que eventualmente exerçam atividade econômica real. No caso das pessoas físicas, caso haja bloqueio de valores atinentes à salários, promoverei, mediante requerimento, a liberação.

Relativamente aos demais, reputo o sequestro prematuro, sendo necessário primeiro ouvi-los sobre as causas dos depósitos recebidos.

#### 7. A competência é, em princípio, deste Juízo.

Como exposto acima, os fatos descritos nesta decisão estão relacionados à supostas propinas pagas em contratos da Petrobrás e que já são objeto de apuração perante este Juízo, em alguns casos já com sentenças contra outros envolvidos (ações penais 5051606-23.2016.4.04.7000 e 5027685-35.2016.4.04.7000).

A conexão é, portanto, evidente.

Além disso, a competência é da Justiça Federal, pois a corrupção e a lavagem de dinheiro são transnacionais, com depósitos de propina e movimentação em contas secretas no exterior, o que define a competência da Justiça Federal, conforme Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003, que foi promulgada no Brasil pelo Decreto 5.687/2006, combinado com o art. 109, V, da Constituição Federal.

Evidentemente, se for o caso, a competência do Juízo poderá ser questionada por meio de exceção, quando essas questões, após oitiva do MPF, serão revistas e examinadas com maior profundidade.

#### 8. Deverá o MPF apresentar a este Juízo:

a) cópia da integralidade do pedido de cooperação enviado pelas autoridades suíças para oitiva de Pedro Augusto Cortes Xavier, já que juntado no evento 1, anexo71, apenas parcialmente;

b) cópia da integralidade do processo transferido da Suíça ao Brasil relativamente a Ricardo Pernambuco Backheuser, já que juntado no evento 5, anexo31, apenas parcialmente.

A juntada deverá ser efetuada antes do cumprimento dos mandados.

**Levante** a Secretaria o sigilo sobre o ofício da autoridade policial do evento 8.

As considerações ora realizadas sobre as provas tiveram presente a necessidade de apreciar o cabimento das prisões e buscas requeridas, tendo sido efetuadas em cognição sumária. Por óbvio, dado o caráter das medidas, algum aprofundamento na valoração e descrição das provas é inevitável, mas a cognição é *prima facie* e não representa juízo definitivo sobre os fatos, as provas e as questões de direito envolvidas, algo só viável após o fim das investigações e especialmente após o contraditório.

Decreto o sigilo sobre esta decisão e sobre os autos dos processos até a efetivação da prisão e das buscas e apreensões. Efetivadas as medidas, não sendo mais ele necessário para preservar as investigações, fica levantado o sigilo. Entendo que, considerando a natureza e magnitude dos crimes aqui investigados, o interesse público e a previsão constitucional de publicidade dos processos (artigo 5º, LX, CF) impedem a imposição da continuidade de sigilo sobre autos. O levantamento propiciará assim não só o exercício da ampla defesa pelos investigados, mas também o saudável escrutínio público sobre a atuação da Administração Pública e da própria Justiça criminal.

**Ciência** à autoridade policial e ao MPF desta decisão, devendo observar os provimentos específicos.

Curitiba, 19 de maio de 2017.

---

Documento eletrônico assinado por **SÉRGIO FERNANDO MORO, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700003351135v52** e do código CRC **40d3e8aa**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): SÉRGIO FERNANDO MORO  
Data e Hora: 19/05/2017 14:41:03

---

5017394-39.2017.4.04.7000

700003351135.V52 SFM© SFM